



## *Conselho da Justiça Federal*

### **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2018**

PRESIDENTE: EXMO. SR. CONSELHEIRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
SECRETÁRIO: EXMO. SR. JUIZ FEDERAL CLEBERSON JOSÉ ROCHA

Às quatorze horas, no edifício-sede do Conselho da Justiça Federal, em Brasília, presentes os Conselheiros RAUL ARAÚJO (Corregedor-Geral da Justiça Federal), PAULO DE TARSO SANSEVERINO, ISABEL GALLOTTI, CARLOS MOREIRA ALVES, ANDRÉ FONTES, THEREZINHA CAZERTA, THOMPSON FLORES, MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT (Membros Efetivos), ANTONIO CARLOS FERREIRA (Membro Suplente), bem como o Juiz Federal FERNANDO MARCELO MENDES (Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil – Ajufe), o Dr. MARCELO LAVOCAT GALVÃO (Representante do Conselho Federal da OAB) e o Subprocurador-Geral da República AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS (Representante do Ministério Público Federal), foi aberta a sessão.

Ausente, justificadamente, a Conselheira MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Vice-Presidente do Conselho da Justiça Federal.

Inicialmente, o Presidente cumprimentou os Conselheiros nominalmente.

De igual forma, ao saudar o Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes, Presidente da Ajufe, cumprimentou os magistrados presentes.

Igualmente, saudou o Dr. Marcelo Lavocat Galvão, Representante do Conselho Federal da OAB.

Cumprimentou, ainda, o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios, Representante do Ministério Público Federal.

Em seguida, o Presidente submeteu ao Colegiado a ata da sessão anterior, a qual foi aprovada, nos termos lavrados.

Antes de iniciar os julgamentos, os integrantes do Colegiado proferiram discursos de boas-vindas ao Presidente:

7

A EXMA. SRA. CONSELHEIRA ISABEL GALLOTTI (Membro Efetivo): “Senhoras e senhores, muito boa tarde! Foi com enorme satisfação que recebi a incumbência de pronunciar algumas palavras de boas-vindas nesta ocasião tão especial e solene. No dia de hoje, recebemos o novo Presidente do Conselho da Justiça Federal, Ministro João Otávio de Noronha, recém-empossado no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Mineiro de Três Corações, graduado pela Faculdade de Direito do Sul de Minas, iniciou seu brilhante percurso profissional como advogado do Banco do Brasil, onde chefiou a assessoria jurídica em diversas localidades e ascendeu ao cargo de diretor jurídico – cargo máximo na área, dentro da instituição. Seu desempenho na advocacia foi marcante, de maneira que foi convidado a integrar a Ordem dos Advogados do Brasil. Nesta, ocupou os cargos de Conselheiro da Seccional de Minas Gerais e, também, Conselheiro Federal. Em 2002, ingressou no Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada ao Quinto Constitucional. E, desde então, tem exercido várias funções de grande relevo. De início, foi membro da Segunda Turma e da Primeira Seção. Também integrou a Quarta Turma e a Segunda Seção. E, atualmente, preside a Corte Especial e o Conselho de Administração, órgãos em que já atuou como membro. Já no Conselho da Justiça Federal (CJF), o Ministro foi membro efetivo do Colegiado a partir de 2011, assumindo na sequência a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, cumulativamente com a Presidência da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) e a Direção do Centro de Estudos Judiciários (CEJ). Mencione-se que a atuação de Sua Excelência à frente da Corregedoria-Geral foi marcada por intensa atividade administrativa e correcional junto aos Tribunais Regionais Federais, o que elevou a qualidade e a efetividade da prestação jurisdicional do País. Destaco o anteprojeto de lei orgânica da Justiça Federal, aprovado por este Conselho, nos termos do voto do seu então Corregedor-Geral, o nosso Presidente de hoje, o qual, como relator da matéria no Superior Tribunal de Justiça, teve a feliz ideia de desmembrar o projeto – o qual abarca temas mais complexos e sensíveis – para facilitar a criação do Fundo Especial da Justiça Federal (FEJUFE), iniciativa que foi unanimemente aprovada no Plenário do STJ e aguarda apreciação pelo Congresso Nacional. O FEJUFE, inspirado nas bem-sucedidas experiências de vários Estados, a exemplo do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina, segundo o projeto receberá receitas provenientes das custas recolhidas no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, além de dotações orçamentárias próprias e multas aplicadas em processos cíveis, entre outras fontes. Será subordinado ao CJF e dará melhores meios para a manutenção e desenvolvimento da estrutura administrativa e tecnológica da Justiça Federal, ensejando elaboração de ações, programas e projetos de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, capacitação de magistrados e servidores, nessa época tão carente de recursos. Como Presidente da TNU, foi o responsável por convocar o mutirão empreendido pelos juízes integrantes do órgão julgador, que resultou na apreciação de inúmeros incidentes de uniformização. Já na Direção do CEJ, promoveu diversas atividades formativas para os magistrados e servidores da Justiça Federal, com notória



7

repercussão no meio jurídico. Dentre elas, destacam-se: a ‘I Jornada de Direito Comercial’; o ‘Seminário Internacional de Arbitragem’; o ‘Seminário Demandas Repetitivas da Justiça Federal: Possíveis Soluções Processuais e Gerenciais’, quando proferiu a conferência inaugural: ‘O Novo Código de Processo Civil e as Demandas Repetitivas’; além da aprovação do ‘Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juizes Federais’. Logo após, o Ministro passou a integrar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), como membro efetivo e, depois, como Corregedor-Geral Eleitoral. Mencione-se, ainda, que teve atuação destacada como Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). Por fim, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Sua Excelência assumiu o destacado cargo de Corregedor. Nesta função, foi responsável por inúmeros trabalhos de correição, que asseguraram um melhor funcionamento da Justiça Brasileira – inclusive, da Justiça Criminal. Afinal, esses trabalhos alcançaram também o sistema prisional, cuja fiscalização é parte importante das atribuições do CNJ. Acrescente-se, que, nos dias atuais, Sua Excelência exerce na docência, com exemplar proficiência, os cargos de professor de Direito Civil e de Direito Processual Civil no Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB); professor na Escola Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e professor de pós-graduação do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). No IDP, tive o privilégio de ser sua aluna de Direito Civil! Acerca de seus desafios futuros, pelo que acompanhei do discurso de posse, o Ministro João Otávio de Noronha deverá pautar seu mandato pela busca incessante de maior eficácia, celeridade e eficiência, inclusive no CJF e na Justiça Federal. Para alcançar tais metas já explicitou que irá apostar em inovação, especialmente em novas tecnologias digitais, assim como na qualificação contínua de magistrados e servidores. Mais além das novas tecnologias, o Ministro certamente buscará soluções para os desafios administrativos, orçamentários e financeiros impostos à Justiça Federal pelo novo regime fiscal implantado pela Emenda Constitucional n. 95, de 2016, a Emenda do Teto de Gastos da Administração pública federal, prevista para vigorar por 20 anos. Nesse sentido, o CJF terá um papel importante a desempenhar, como órgão central e articulador de sistema, capaz de orientar e coordenar os demais órgãos da Justiça Federal para enfrentar e superar os desafios atuais e futuros. Posso afirmar que os magistrados e servidores, representados por este Colegiado, esperam muito de sua atuação, que promete avanços marcantes para a Justiça Federal, pois Vossa Excelência conhece a fundo o Judiciário brasileiro, com destaque para o Judiciário Federal, pelo exercício da advocacia e pela atuação como Corregedor-Geral da Justiça Federal e Corregedor Nacional de Justiça. Confiamos em que, nessa quadra tão difícil de nossa história, o conhecimento profundo adquirido ao longo de anos de trajetória perante do Poder Judiciário, mas também perante a sociedade civil, sua experiência administrativa, tino estratégico, dinamismo, liderança, otimismo, marcantes na personalidade de Vossa Excelência, possibilitarão êxito em várias missões internas, mas também na representação perante o Congresso Nacional, a fim de que sejam aprovados



## *Conselho da Justiça Federal*

projetos relevantíssimos para a Justiça Federal, como o do FEJUFE já referido e projetos ainda em andamento no STJ, a exemplo da necessária e urgente ampliação, sem aumento de despesas, dos Tribunais Regionais Federais, especialmente o da Primeira Região, em estado de notório colapso, a despeito do ingente esforço de seus membros e servidores. Portanto, em nome deste Colegiado, assim como, por extensão, dos magistrados e servidores da Justiça Federal, tenho a honra de dar as boas-vindas ao novo Presidente do Conselho da Justiça Federal. Desejamos sucesso na nova jornada e colocamo-nos à disposição para auxiliar no enfrentamento dos grandes desafios a serem vencidos na gestão que se inicia. Obrigada!”

O EXMO. SR. CONSELHEIRO RAUL ARAÚJO (Corregedor-Geral da Justiça Federal): “Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça, Ministro João Otávio de Noronha; Excelentíssimas Senhoras Conselheiras e Excelentíssimos Senhores Conselheiros; Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral da República, Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios; Excelentíssimo Senhor Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil; Excelentíssimo Dr. Marcelo Lavocat Galvão, representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; senhoras e senhores advogadas e advogados; senhoras e senhores servidores do Conselho da Justiça Federal e da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, da Turma Nacional de Uniformização e do Centro de Estudos Judiciários, referindo-me aqui à Dra. Eva, à Dra. Denise, à Dra. Jaqueline e à Dra. Viviane; senhoras e senhores, sendo esta a primeira sessão do eminente Ministro João Otávio de Noronha na Presidência deste Colegiado, quero saudar Sua Excelência, expressando a nossa felicidade com a sua chegada, embora, no meu caso, o momento coincida com o de minha despedida do Conselho da Justiça Federal. Em qualquer circunstância, ainda que brevemente, é sempre um enorme prazer reencontrar o Ministro João Otávio de Noronha, que tantos serviços relevantes tem prestado ao País e ao Poder Judiciário. Sua atuação na Corregedoria Nacional de Justiça, junto ao Conselho Nacional de Justiça, teve notável destaque, assim como foi sempre marcante sua atuação nos órgãos julgadores do Superior Tribunal de Justiça, onde, agora, ascende à Presidência, que, por certo, será coroada de realizações. Por onde quer que passe e atue, o Ministro João Otávio se destaca pelo brilho de suas manifestações de persuasivo orador, pelo descortino de sua lustra visão como homem público e cidadão responsável, pela inteligência de seus qualificados votos como jurista refinado. Terá, agora, a oportunidade de comprovar seu talento administrativo, na Presidência do Tribunal da Cidadania e deste Conselho da Justiça Federal, onde certamente repetirá o sucesso de seu trabalho em todas as funções e cargos que desempenhou, conhecido que é por sua dedicação, coragem, independência, competência e honestidade. Nós, seus Colegas deste Conselho, que tanto admiramos este mineiro sincero, inteligente e espirituoso, desejamos ao Ministro João Otávio de Noronha e também à eminente Ministra Maria Thereza de Assis Moura, que não pôde aqui comparecer, mas

também estará integrando este Colegiado a partir de agora, todo o êxito em suas missões, no Conselho da Justiça Federal e na Presidência e Vice-Presidência do Superior Tribunal de Justiça, rogando a Deus que os proteja, ilumine e inspire em suas merecidas e ascendentes trajetórias no Superior Tribunal de Justiça e no Judiciário brasileiro. Trago essas palavras, somando às da eminente Ministra Maria Isabel Gallotti, que, por todos nós, muito bem se pronunciou. Muito obrigado.”

O EXMO. SR. CONSELHEIRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO (Membro Efetivo): “Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras, também gostaria de dar as boas-vindas ao nosso querido Presidente, Ministro João Otávio de Noronha. Nós fizemos uma divisão de tarefas, porque, no final, terá a despedida, hoje, do Ministro Raul Araújo, que me coube a tarefa de fazer esta saudação. De todo modo, gostaria de dizer que já conhecemos o espírito público do Ministro João Otávio de Noronha, muito bem salientado na manifestação da Ministra Isabel Gallotti e do Ministro Raul Araújo, bem como seu profundo conhecimento da Justiça Federal e, principalmente, seu talento para a administração, o que é difícil, realmente, dentro do Poder Judiciário. São poucas as pessoas que o têm, e Vossa Excelência alia isso tudo com o espírito agregador. Nós temos a certeza de que teremos um grande Presidente no Superior Tribunal de Justiça e, principalmente, um grande Presidente neste Conselho da Justiça Federal. Lembro-me muito do poema de Thiago de Mello: ‘Quem sabe onde quer chegar, escolhe o caminho certo e o jeito de caminhar’. Vamos caminhar todos juntos ao longo da sua gestão. Sucesso e pode contar conosco!”

O EXMO. SR. CONSELHEIRO ANTONIO CARLOS FERREIRA (Membro Suplente): “Senhor Presidente, creio que a minha condição de suplente não me impede de aderir às saudações que já foram dirigidas a Vossa Excelência, desejando que Vossa Excelência repita o mesmo sucesso que sempre obteve nos relevantes cargos que já exerceu em sua trajetória profissional, sempre voltada ao interesse público e ao aprimoramento da prestação jurisdicional. Que Deus ilumine Vossa Excelência hoje e sempre.”

O EXMO. SR. CONSELHEIRO ANDRÉ FONTES (Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região): “Senhor Presidente, Vossa Excelência me permitiria brevíssimas palavras de saudação? Normalmente, as saudações são feitas pelo grandioso passado das pessoas, mas, no caso de Vossa Excelência, eu vou inverter as regras. Vossa Excelência tem características importantes que marcaram as grandes personalidades da história: tem liderança, carisma e, mais do que isso, há muita confiança nas pessoas que o admiram, na sua capacidade e determinação, especialmente no que diz respeito ao ser empreendedor, capaz de fazer grandes transformações. Tive a honra de trabalhar com Vossa Excelência quando era Corregedor da 2ª Região e, naquela época, eu já havia testemunhado seu trabalho profícuo e de amplo desenvolvimento, reconhecido por todos. Não



gostaria de deixar passar em branco esta oportunidade de dizer que o mesmo ânimo que tive naquela oportunidade, que não foi frustrado, estou, neste momento, também a depositar em Vossa Excelência, com as mesmas esperanças e confiança daqueles momentos felizardos. Muito obrigado.”

A EXMA. SRA. CONSELHEIRA THEREZINHA CAZERTA (Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região): “Senhor Presidente, serei muito breve, porque teremos uma longa sessão pela frente, mas não podia deixar de saudá-lo pelas competências que já conhecemos. Trabalhamos juntos em outras ocasiões, em projetos e pude observar a operosidade de Vossa Excelência. Portanto, todos nós temos muita confiança e absoluta certeza de que fará uma administração brilhante e memorável. Sucesso!”

O EXMO. SR. CONSELHEIRO MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT (Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região): “Senhor Presidente, gostaria, em nome da 5ª Região, de cumprimentá-lo, ratificando tudo o que foi dito, com brilhantismo, pelos oradores que me antecederam e dizer que a 5ª Região tem um longo convívio com Vossa Excelência, pois já estive com Vossa Excelência por várias vezes, principalmente na época da Corregedoria, e sempre foi alvo de suas melhores atenções e colheu os frutos do brilhante trabalho que sempre fez. Então, é um momento muito auspicioso também para a 5ª Região. Muito obrigado.”

O EXMO. SR. MARCELO LAVOCAT GALVÃO (Representante do Conselho Federal da OAB): “Boa tarde a todos. Senhor Presidente, por uma feliz coincidência, eu estive presente, como representante do Conselho Federal, à sessão de despedida de Vossa Excelência à testa da Corregedoria deste Conselho da Justiça Federal. Naquela oportunidade, sublinhei a amizade que nos une há décadas, tive a oportunidade de mencionar que conheci Vossa Excelência ainda nas campanhas de Ordem, bem como o respeito que dedico ao serviço prestado por Vossa Excelência ao Poder Judiciário e o respeito, também, que Vossa Excelência dedica à Advocacia. Então, gostaria de parabenizar Vossa Excelência pela posse como Presidente do STJ e deste Conselho e, desde logo, dizer-lhe que tenho a certeza de que será uma gestão profícua e dedicada ao implemento da Justiça mais justa e mais voltada à sociedade em geral. Gostaria, por fim, Senhor Presidente, de parabenizar também o Ministro Raul Araújo, que, neste momento, encerra sua atuação como Corregedor deste Conselho da Justiça Federal. Sua Excelência fez um brilhante papel no exercício da difícil função de Corregedor e tem os longos aplausos da Advocacia brasileira. Muito obrigado.”

O EXMO. SR. JUIZ FEDERAL FERNANDO MARCELO MENDES (Presidente da Ajufe): “Senhor Presidente, também de maneira breve, gostaria, em nome dos juízes federais, cumprimentá-lo pela Presidência. O Senhor sabe que



pode contar com a parceria da Ajufe neste grande desafio que tem pela frente, que é criar a Justiça Federal do século XXI. Passamos por um momento de necessidade de transformação, de repensar o modelo da Justiça Federal, e o Senhor sabe que terá o apoio da Ajufe para fazer uma Justiça cada vez melhor e mais forte. Então, desejamos-lhe muito sucesso e estamos à disposição para contribuir com o trabalho de Vossa Excelência.”

O EXMO. SR. CONSELHEIRO CARLOS MOREIRA ALVES (Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região): “Senhor Presidente, eu não me senti autorizado a pedir a palavra, num primeiro momento, porque sabemos que temos uma sessão com longos trabalhos a cumprir e pouco tempo para cumpri-los. Mas não poderia me furtar de fazer a minha saudação a Vossa Excelência, dizer da satisfação em continuar os nossos trabalhos, neste Conselho da Justiça Federal, sob a fiel condução de Vossa Excelência. Além dos atributos de liderança e carisma que já foram colocados, também vejo na figura de Vossa Excelência aquele que tem a visão prospectiva, visão para o futuro, porque nos leva sempre, sabemos, a bons resultados. Então, gostaria de deixar o meu registro de saudação a Vossa Excelência e de, também, parabenizar ao nosso Colega, Ministro e Conselheiro Raul Araújo, que tão brilhantemente dirigiu a Corregedoria-Geral da Justiça Federal. Sejam felizes, cada um, nos caminhos que continuarão a seguir.”

O EXMO. SR. CONSELHEIRO THOMPSON FLORES (Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região): “Senhor Presidente, se Vossa Excelência me permite, também gostaria de associar-me às homenagens a Vossa Excelência, bem como ao trabalho produzido pelo Ministro Raul Araújo, que, hoje, é a última sessão, associando-me, então, aos cumprimentos.”

O EXMO. SR. CONSELHEIRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA (Presidente): “Inicialmente, faço uma saudação, com eficácia retroativa, porque, na minha distração, deixei de saudar os funcionários da Casa, a quem eu tenho muito apreço. Pela minha experiência, sei que o sucesso de uma gestão está na equipe, e os funcionários da Casa são membros ativos e efetivos da nossa equipe. Também saúdo as advogadas e os advogados presentes, que deveria tê-lo feito na pessoa do nosso querido amigo, Dr. Marcelo Lavocat Galvão. É um prazer recebê-los na nossa Casa. Devo confessar uma preocupação, pois estou ouvindo aqui e ali que sou um bom gestor, mas não é bem assim. Devo dizer que não me considero um bom gestor. Na realidade, por onde passo, digo que Deus não é bom para mim, Deus é excepcional comigo! Ele sempre coloca ao meu lado profissionais muito competentes. De modo que, quando examino a produtividade do meu gabinete, eu recordo: Deus escolheu as pessoas certas para aqui colocar. E há funcionários que me acompanham, contando com os do Banco do Brasil, há 27 anos, outros 25, 24, 20, 16 anos. Entre eles, Lúcio, que é o Diretor-Geral do STJ, Zacarias, que é o Secretário-Geral da Presidência do STJ. Na verdade, Deus sempre cuidou de mim.



Quando penso no Conselho da Justiça Federal, em nosso trabalho na Corregedoria-Geral, recordo que, ao meu lado, tive uma equipe fenomenal de juízes: Márcio Mafra, Jorge Gustavo e Camila. Já na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU), tive um brilhante grupo de juízes convocados, com missões específicas, comandada pela Viviane, que foi a nossa grande colaboradora. Na Corregedoria, contei com o auxílio da Denise, que continua aqui. E, no Centro de Estudos Judiciários (CEJ), com a Rai e Maria Amélia. Ou seja, eu dispunha de uma equipe extremamente colaborativa. No Conselho Nacional de Justiça, tive uma equipe não só do meu gabinete como também de funcionários e de juízes maravilhosos, operosos, como o Adamek, a Candice, que está aqui hoje, o Márcio Evangelista, a Cláudia, que continua comigo, o Rui Magalhães, de Minas Gerais, o Sérgio Ricardo, do Espírito Santo, a Sandra, de Rondônia, o Giovanni, Juiz do Trabalho de Santa Catarina. Ou seja, Deus me cerca de pessoas competentes e eu roubo um pouco da competência de todas essas queridas pessoas, para poder exercer a minha missão de gestor. De outro lado, como Presidente do STJ e, por extensão, do CJF, tenho por missão ser o grande comandante da Justiça Federal. Tenho certeza que tenho não só um carinho e apreço que pude demonstrar como Corregedor, mas que continua vivo e aumentado como Presidente do STJ. Portanto, afirmo que tenho os melhores propósitos para engrandecer essa Justiça, mas sei que nada farei só. Por isso, vou contar com a colaboração de todos vocês, de um a um, não só dos juízes federais, Dr. Fernando Marcelo Mendes, não só dos desembargadores presidentes, mas de toda a comunidade que integra a Justiça Federal, inclusive nossos servidores. De outro lado, Dr. Marcelo Lavocat Galvão, tenha a certeza que, no Conselho da Justiça Federal, Vossa Excelência será muito bem recebido. Tenho divergências à parte – que nem divergências tenho, mas más compreensões pontuais que não levo adiante, até porque uma das qualidades que Deus me deu foi a prudência em aguardar o momento. Tenho pelo advogado brasileiro o maior apreço e nunca faltei com a parceria. Lembro-me de Vossa Excelência quando a Ordem mandou a lista, que o Tribunal recusou e, num mandado de segurança, pedi insistentemente e briguei para que prevalecesse o direito de escolha do Conselho Federal, em várias outras teses. Recordam-se quando se discutia o mal-entendido que foi a questão de honorários? Exatamente, foi eu quem votou no sentido de que os honorários pertencem ao advogado e a pessoa jurídica, que as procurações são dadas em nome individual, mas a cobrança se faz pela pessoa jurídica. E admiti até a emissão de precatórios. Por isso, a minha atitude é sempre a de olhar para frente, e, ao olhar para frente, a Ordem dos Advogados do Brasil é uma instituição quase secular, que presta relevantes serviços ao País, que tem como missão primeira da lei, que estabelece o estatuto, a defesa da ordem jurídica nacional, e essa defesa se faz exatamente perante o Poder Judiciário e com forte influência nos órgãos administrativos do Judiciário. Pessoas passam, mas a OAB é inabalável. Nesta instituição eu acredito, nesta instituição eu confio! E confio por que dela fui membro, fui Conselheiro Seccional do Estado de Minas Gerais, assim como Conselheiro Federal. Portanto, o que se pode esperar, tanto do Presidente do





Superior Tribunal de Justiça como deste Conselho, é um diálogo sério, profundo e profícuo. E não pirotecnia ou estardalhaço pela imprensa afora. Continuo firme no propósito de colocar à disposição da Ordem todos os serviços disponíveis no arcabouço da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Por isso, fico muito feliz de Vossa Excelência, como advogado brilhante e reconhecido que o é, estar aqui, hoje, representando essa instituição, que muito fala pelo Brasil. De igual modo, meus queridos Colegas, Ministro Sanseverino, Ministra Isabel Gallotti, Ministro Antonio Carlos e meus Colegas de Conselho, os Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, muito obrigado pelas palavras. Ministra Isabel Gallotti, muito obrigado pela leitura, pela lembrança e pelos elogios, que eu espero lutar muito para merecer nestes próximos dois anos, como Presidente e como Colega de vocês, aqui, na Justiça Federal. Ministro Raul Araújo, você vai ser homenageado ainda, sabemos disso. Mas você é aquele colega que a gente admira, como Juiz e, principalmente, como pessoa. Temos por sua figura uma admiração extraordinária. Diz um grande filósofo que o homem é admirável em si, não por ser homem, mas por ser humano, onde se destacam sempre virtudes como a dignidade e a inteligência. Vossa Excelência é exatamente a pessoa que a gente tem o prazer de exaltar, pela dignidade, pela inteligência e pela competência. Em todo o Colegiado que chega, Vossa Excelência agrega, soma. E que prazer é tê-lo ao nosso lado! Que o fruto da amizade continue sempre a nos unir, ao longo de nossa carreira no STJ e para além dela, porque não é apenas um colega, mas um fraternal amigo, a quem tenho a honra de reverberar constantemente: que sou amigo! Por fim, agradeço a presença de todos nesta sessão.”

## **JULGAMENTOS**

Inicialmente, o Presidente noticiou aos Conselheiros que faria uma inversão na pauta, chamando a julgamento o item 4, da relatoria do Conselheiro Raul Araújo, em razão de pedido de sustentação oral.

### **4) PROCESSO N. CF-PPP-2012/00131**

**ASSUNTO: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS INSTAURADO PARA APURAR CONDUITAS DE MAGISTRADOS DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO.**

**REQUERENTE:** Conselho da Justiça Federal

**REQUERIDOS:** Desembargadores Federais Nery da Costa Júnior e Gilberto Rodrigues Jordan

**ADVOGADO DO PRIMEIRO REQUERIDO:** Dr. Marcio Gesteira Palma (OAB/DF 21.878)

**INTERESSADOS:** Tribunal Regional Federal da 3ª Região e Ministério Público Federal



RELATOR: Em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, determinou o arquivamento do procedimento, nos termos do voto do relator. Declarou suspeição a Conselheira Therezinha Cazerta. Sustentou oralmente o advogado Marcio Gesteira Palma.

**1) PROCESSO N. CJF-ADM-2018/00454**

ASSUNTO: REFERENDO DA PORTARIA N. CJF-POR-2018/00334, DE 4 DE SETEMBRO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE JUIZ FEDERAL DA 2ª REGIÃO PARA COMPOR, COMO MEMBRO EFETIVO, NO BIÊNIO 2018/2020, A TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.

INTERESSADA: Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

RELATOR: Em mesa pelo Presidente

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, referendou a Portaria n. CJF-POR-2018/00334, de 4 de setembro de 2018.

**2) PROCESSO N. CJF-ADM-2018/00455**

ASSUNTO: REFERENDO DA PORTARIA N. CJF-POR-2018/00333, DE 4 DE SETEMBRO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE JUIZ FEDERAL DA 4ª REGIÃO PARA COMPOR, COMO MEMBRO EFETIVO, NO BIÊNIO 2018/2020, A TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.

INTERESSADA: Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

RELATOR: Em mesa pelo Presidente

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, referendou a Portaria n. CJF-POR-2018/00333, de 4 de setembro de 2018.

**3) PROCESSO N. CJF-EOF-2015/00171**

ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PLANEJAMENTO PLURIANUAL E DOS PLANOS DE AÇÃO ANUAIS DOS CONTRATOS CELEBRADOS ENTRE A JUSTIÇA FEDERAL, O BANCO DO BRASIL E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – EXERCÍCIO 2018.

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

RELATOR: Em mesa pelo Presidente

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de alteração do Planejamento Plurianual e dos Planos de Ação Anuais dos contratos celebrados entre a Justiça Federal, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, nos termos do voto do relator.



**5) PROCESSO N. CJF-PCO-2018/00013**

ASSUNTO: RELATÓRIO DA INSPEÇÃO REALIZADA NO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

RELATOR: Em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou o relatório de inspeção, com as recomendações propostas no voto do relator. Declarou-se impedido o Conselheiro André Fontes.

**6) PROCESSO N. CJF-PPN-2018/00011**

ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL.

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

RELATOR: Em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal

DECISÃO: Após o voto do Conselheiro Raul Araújo pela aprovação da proposta de resolução, pediu vista antecipada o Conselheiro Presidente. Aguardam os Conselheiros Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores e Manoel de Oliveira Erhardt.

**7) PROCESSO N. CJF-PPN-2018/00022**

ASSUNTO: PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CENTRO NACIONAL E DOS CENTROS LOCAIS DE INTELIGÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

RELATOR: Em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou a proposta de resolução, nos termos do voto do relator.

**8) PROCESSO N. CJF-ADM-2018/00488**

ASSUNTO: RELATÓRIO DE GESTÃO DAS SECRETARIAS VINCULADAS À CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL (SETEMBRO DE 2017 A SETEMBRO DE 2018).

INTERESSADA: Corregedoria-Geral da Justiça Federal

RELATOR: Em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal

DECISÃO: O Conselho tomou conhecimento do relatório.

**9) PROCESSO N. CJF-PPN-2018/00027**

ASSUNTO: PROPOSTA DE PROVIMENTO QUE VERSA SOBRE O CANCELAMENTO DE DEPÓSITO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR – RPVs, NOS TERMOS DO ART. 2º DA LEI N. 13.463, DE 6 DE JULHO DE 2017, NOS



**CASOS EM QUE HÁ ORDEM JUDICIAL DE BLOQUEIO PARA SUA LIBERAÇÃO.**

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus

RELATOR: Em mesa pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal

DECISÃO: Após a proposta do relator pela edição de provimento, pediu vista antecipada o Conselheiro Presidente. Aguardam os Conselheiros Paulo de Tarso Sanseverino, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Carlos Moreira Alves, André Fontes, Therezinha Cazerta, Thompson Flores e Manoel de Oliveira Erhardt.

**10) PROCESSO N. CJF-ADM-2013/00121**

ASSUNTO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELA ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES FEDERAIS DO BRASIL – AJUFE, EM FACE DA DECISÃO DO COLEGIADO, NA SESSÃO DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017, NO QUE CONCERNE À METODOLOGIA DE CÁLCULO REFERENTE AO PAGAMENTO DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS DA PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA – PAE.

INTERESSADA: Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE

RELATOR: Conselheiro THOMPSON FLORES

PEDIDO DE VISTA: Conselheira ISABEL GALLOTTI

DECISÃO: O Conselho, por indicação da Conselheira Isabel Gallotti, decidiu adiar o julgamento da matéria.

**11) PROCESSO N. CJF-PPN-2016/00030**

ASSUNTO: ANTEPROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS VAGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO NO QUADRO PERMANENTE DA JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO EM CARGOS DE JUIZ DE TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL E ALTERA A LEI N. 9.967, DE 10 DE MAIO DE 2000.

INTERESSADO: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

RELATORA: Conselheira ISABEL GALLOTTI

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou o anteprojeto de lei, nos termos do voto da relatora, e determinou a remessa do processo ao Superior Tribunal de Justiça, com fulcro no art. 8º, inciso I, alínea ‘b’, do Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal.

**12) PROCESSO N. CJF-ADM-2014/00219**

ASSUNTO: CONSULTAS ACERCA DA INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE – IRRF SOBRE A CORREÇÃO MONETÁRIA E OS JUROS DE MORA REFERENTES A PAGAMENTOS EM ATRASO DE VALORES DO PRÓPRIO EXERCÍCIO OU DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.



INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo grau

RELATOR: Conselheiro ANDRÉ FONTES

DECISÃO: O Conselho, por indicação do relator, decidiu adiar o julgamento da matéria.

**13) PROCESSO N. CJF-ADM-2016/00503**

ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELO JUIZ FEDERAL LUIZ CLÁUDIO FLORES DA CUNHA CONTRA DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DO CJF, QUE NÃO ACOLHEU A DEFESA APRESENTADA PELO MAGISTRADO, EM RAZÃO DA NOTIFICAÇÃO PARA DEVOLUÇÃO DE PARCELAS DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO NÃO DESCONTADAS DE DIÁRIAS PAGAS.

RECORRENTE: Juiz Federal Luiz Cláudio Flores da Cunha

RECORRIDO: Conselho da Justiça Federal

RELATORA: Conselheira THEREZINHA CAZERTA

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, rejeitou a preliminar de nulidade da decisão e, no mérito, negou provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora.

**14) PROCESSO N. CJF-ADM-2018/00362**

ASSUNTO: PLANO ANUAL DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DA 5ª REGIÃO – EXERCÍCIO 2018.

INTERESSADOS: Tribunal Regional Federal da 5ª Região e Seções Judiciárias vinculadas

RELATORA: Conselheira THEREZINHA CAZERTA

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, aprovou o Plano Anual de Aquisição de Veículos da 5ª Região referente ao exercício de 2018, nos termos do voto da relatora.

**15) PROCESSO N. CJF-PPN-2018/00010**

ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2015/00340, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS NO ÂMBITO DO CONSELHO E DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS.

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo grau

RELATOR: Conselheiro RAUL ARAÚJO

PEDIDO DE VISTA: Conselheiro THOMPSON FLORES

DECISÃO: Prosseguindo no julgamento, após o voto do Conselheiro Thompson Flores acompanhando a parcial divergência inaugurada pelo Conselheiro Carlos Moreira Alves, pediu vista antecipada a Conselheira Isabel Gallotti. Aguardam os Conselheiros Paulo de Tarso Sanseverino, Antonio Carlos Ferreira, André Fontes,



Therezinha Cazerta, Manoel de Oliveira Erhardt e João Otávio de Noronha.

**16) PROCESSO N. CJF-PRO-2015/00064**

ASSUNTO: DIRETRIZES ACERCA DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS REALIZADOS POR ENGENHEIROS, DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS NA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS.

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo grau

RELATOR: Conselheiro THOMPSON FLORES

DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, decidiu, nos termos do voto do relator, aplicar a Resolução n. 51, de 12/7/2013, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, até que seja emitida orientação uniforme acerca do tema.

**17) PROCESSO N. CF-ADM-2012/00334**

ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO N. CJF-RES-2014/00305, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O CADASTRO E A NOMEAÇÃO DE PROFISSIONAIS E O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS A ADVOGADOS DATIVOS, EM CASOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo grau

RELATOR: Conselheiro RAUL ARAÚJO

PEDIDO DE VISTA: Conselheiro MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT

DECISÃO: O Conselho, por indicação do Conselheiro Manoel de Oliveira Erhardt, decidiu adiar o julgamento da matéria.

Após a proclamação do adiamento do julgamento da matéria, o Relator, por solicitação do Presidente, informou ao Colegiado que editará um ato suspendendo os efeitos do Provimento n. 4, de 22 de agosto de 2018, que dispõe sobre o arbitramento de honorários periciais nas situações excepcionais de que trata o parágrafo único do art. 28 da Resolução n. CJF-RES-2014/00305, até que seja concluído o julgamento do processo.

**ASSUNTOS DIVERSOS**

Concluídos os assuntos constantes da pauta de julgamento, os integrantes do Colegiado homenagearam o Corregedor-Geral da Justiça Federal, em razão do término de seu mandato:

O EXMO. SR. CONSELHEIRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO (Membro Efetivo): “Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras, Ministério Público, senhores advogados, magistrados,



servidores, enfim, antes de encerrar as atividades da sessão de hoje, nós gostaríamos de fazer uma homenagem especial ao eminente Ministro Raul Araújo, querido colega e amigo, que se despede hoje do Colegiado por imposição regimental. Apenas para comentar que, antes da sessão, nós fatiamos as homenagens: o Ministro João Otávio foi saudado pela Ministra Isabel e a mim coube o encargo de fazer a saudação ao Ministro Raul. O Ministro Raul tem uma trajetória na área jurídica que vem desde os bancos escolares em Fortaleza, onde se tornou Bacharel pela Universidade Federal do Ceará, e se especializou em Ordem Jurídica Constitucional pelo Curso de Mestrado em Direito Público, apresentando, também, graduação em Economia pela Universidade de Fortaleza. Principiou sua carreira pela Advocacia, com grande destaque. Integrou o Ministério Público do Ceará, atuando em várias entrâncias, e a Procuradoria do Estado do Ceará, ocupando diversos cargos, com destaque para o de Procurador-Geral do Estado. E, devido exatamente ao relevo dessa atuação, foi indicado e nomeado para Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Em 2010, foi nomeado Ministro do Superior Tribunal de Justiça. No Tribunal, foi integrante e Presidente da Quarta Turma, assim como da Segunda Seção, tendo assento na Corte Especial e no Conselho de Administração. Em 2016, tornou-se membro efetivo do Conselho da Justiça Federal e, um ano após, assumiu a missão de comandar a Corregedoria-Geral, a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, a TNU, bem como o Centro de Estudos da Justiça Federal, o CEJ. Dedicou-se de corpo e alma a essa missão, como é de seu caráter, e produziu resultados notáveis para as atividades jurisdicionais, administrativas e correccionais. O relatório de gestão que recebemos sintetiza todo esse trabalho. Destacando-se alguns tópicos como Corregedor: Sua Excelência dedicou atenção especial aos problemas relacionados à segurança pública, inclusive às questões associadas ao sistema penitenciário; preocupou-se em zelar pela segurança dos Magistrados e debateu amplamente esse assunto com o Ministério da Justiça; realizou inspeções nos Tribunais Regionais Federais, com destaque para as 2ª, 3ª e 5ª Regiões. Recebemos, hoje, um dos relatórios com a expedição de diversas recomendações para o aprimoramento das práticas de gestão das Cortes, que certamente trarão grandes benefícios à comunidade jurídica e, principalmente, aos jurisdicionados. Na Presidência da TNU, tomou a importante iniciativa de expedir a disciplina do IRDR – Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – aos Tribunais Regionais Federais, sobrestando os feitos de idêntica matéria, dada a relevância da disciplina, que terá impactos imediatos e também de médio e longo prazo nos juizados especiais federais. No que se refere ao acervo processual, o Colegiado da TNU, na sua gestão, apreciou 2.622 (dois mil seiscentos e vinte e dois) processos. Além disso, foram proferidas 34.400 (trinta e quatro mil e quatrocentas) decisões monocráticas e despachos, o que certamente mostra a qualidade do trabalho desenvolvido na TNU. Na direção do CEJ, promoveu alguns eventos memoráveis, como o ‘VIII Workshop sobre o Sistema Penitenciário Federal’, o workshop ‘Demandas Estruturais e Litígios de Alta Complexidade’, o Seminário ‘Subtração Internacional de Menores’, o Seminário sobre ‘Crimes de



Fronteira e Combate à Lavagem de Dinheiro’, o Seminário ‘Inteligência Artificial e o Direito’, o Seminário ‘Perspectiva da Justiça Federal, uma visão internacional’, a ‘VIII Jornada de Direito Civil’, a ‘II Jornada de Direito Processual Civil’, além de cursos de formação para juízes e servidores da Justiça Federal. Então, em um lapso de tempo relativamente curto, o Ministro Raul Araújo promoveu numerosas e significativas realizações no âmbito da Justiça Federal. Desse modo, cabe a nós externar, neste momento, em nome de todos os magistrados e servidores, os nossos mais efusivos agradecimentos por sua atuação, que será lembrada e valorada por muito tempo, pois produziu e continuará produzindo importantes frutos para a jurisdição brasileira. Neste momento, então, resta a todos nós agradecer pela sua atuação e desejar sucesso agora na volta para a jurisdição. Muito obrigado.”

O EXMO. SR. CONSELHEIRO ANDRÉ FONTES (Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região): “Senhor Ministro Presidente, peço desculpas pela forma inoportuna como pedi a palavra, acredito que outros tivessem a mesma intenção, mas não gostaria que a oportunidade passasse e eu não fizesse um registro importante, de forma que não sairia daqui, hoje, com o coração na minha plenitude de satisfação e justiça se não pedisse a palavra a Vossa Excelência. Queria dizer que eu já tinha, de alguma forma, por leitura de votos e outras exposições, referências muito firmes sobre o Ministro Raul Araújo, mas, neste Conselho, pude conhecê-lo realmente como Magistrado ativo, aqui ao lado, praticamente, e ele me fez lembrar, logo no primeiro dia, de uma importante circunstância da minha vida. Eu conheci um magistrado que me chamou muito a atenção, que era Juiz e, depois, tornou-se Desembargador, Azulino de Andrade, lá no Rio de Janeiro, e era uma referência. Anos depois, conheci outro Desembargador, Antônio Cruz Netto, do TRF da 2ª Região, um dos homens mais brilhantes, técnicos e precisos. A minha lista, hoje, Senhor Ministro Presidente, não é mais de dois. Eu sou um fã do Ministro Raul, admirador do trabalho dele, muito técnico, muito preciso, e quero dizer a ele que é o terceiro na minha lista. Hoje em dia, os outros não estão mais ativos, mas Sua Excelência é a referência que tenho, pela capacidade técnica impressionante de trabalho e, mais do que isso, com os votos muito precisos. Saiba, Ministro Raul Araújo, que, a despeito das minhas falhas auditivas, ouvi com muita atenção os votos e os li, na oportunidade, sempre que pude. Quero dizer a Vossa Excelência que todos eles foram, para mim, surpreendentes. Senhor Presidente, não me estenderei muito; as minhas palavras são curtas, diretas e objetivas. Mas quero dizer a Vossa Excelência que o mandato do Ministro Raul Araújo foi um período de engrandecimento do Órgão, pois, como já disse, Sua Excelência, possui uma vasta capacidade técnica, característica que lhe é peculiar. De igual forma, destaco que foi um período de muito aprendizado para mim. Com a minha brevidade tão esperada, quero deixar registradas as minhas saudações respeitadas ao Ministro Raul Araújo, que conduziu de maneira muito diligente a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, e elegê-lo, na minha limitada visão, como um dos grandes Magistrados do Brasil. Muito obrigado, Senhor Presidente.”





A EXMA. SRA. CONSELHEIRA ISABEL GALLOTTI (Membro Efetivo): “Senhor Presidente, gostaria de somar às palavras do Ministro Paulo de Tarso Sanseverino e do Conselheiro André Fontes os meus cumprimentos e a minha admiração pelo trabalho desenvolvido pelo Ministro Raul Araújo na Corregedoria-Geral do Conselho da Justiça Federal. É sempre uma tranquilidade muito grande poder votar após ouvir votos de Sua Excelência tão firmes e seguros, que examinam com detalhes as questões jurídicas postas em debate e, também, com profunda humanidade, procurando dar a melhor solução aos casos concretos. Mas não posso dizer que fico triste com a saída de Sua Excelência, porque agora, felizmente, o teremos de novo na Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça. Então, cumprimento Vossa Excelência pelo belíssimo trabalho feito perante este Conselho, satisfeita de que quarta-feira estará lá na nossa Segunda Seção e Quarta Turma. Muito obrigada.”

O EXMO. SR. CONSELHEIRO ANTONIO CARLOS FERREIRA (Membro Suplente): “Serei bastante breve, Senhor Presidente. Confesso que, no início da sessão, fiquei um pouco receoso de pedir a palavra, preocupado em alongarmos os nossos trabalhos e até comprometê-los. Mas Vossa Excelência demonstrou, realmente, ser um grande administrador. Com eficiência, abreviou os trabalhos, que se mostravam longos, e nos deixou um pouquinho de tempo para fazer um breve registro. Ministro Raul Araújo, sou dos mais recentes integrantes deste Conselho e não pude ter o privilégio, como outros tiveram, de gozar por mais tempo da companhia de Vossa Excelência, mas sou testemunha de que, além da elevadíssima qualificação intelectual, do primor técnico das suas manifestações, pudemos presenciar a elegância na defesa de vossos entendimentos, a fineza do trato e a grandeza da figura humana que Vossa Excelência o é. Tive, então, ainda que por pouco tempo, o privilégio de conhecer mais de perto o quão grande é a pessoa de Vossa Excelência. Que Deus o ilumine na sequência dos vossos caminhos.”

O EXMO. SR. CONSELHEIRO THOMPSON FLORES (Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região): “Senhor Presidente, também gostaria de associar-me às homenagens ao eminente Ministro Raul Araújo, cujo mandato profícuo termina nesta sessão.”

O EXMO. SR. CONSELHEIRO MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT (Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região): “Senhor Presidente, também gostaria de registrar os agradecimentos da 5ª Região, por toda a atenção que recebeu do Ministro Raul Araújo, além dos brilhantíssimos votos proferidos aqui, que serviram de paradigmas para as nossas decisões. Eu posso testemunhar o relacionamento que o Ministro manteve na inspeção realizada no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, o qual foi alvo da admiração e da gratidão de todos que conviveram com Sua Excelência. Então, fica registrado expressamente o agradecimento da 5ª Região.”



O EXMO. SR. MARCELO LAVOCAT GALVÃO (Representante do Conselho Federal da OAB): “Senhor Presidente, só reiterando a manifestação anterior, gostaria de parabenizar o Ministro Raul Araújo pelo trabalho desempenhado na Corregedoria-Geral da Justiça Federal. O Conselho Federal se faz feliz, porquanto o Ministro ingressou pelo Quinto Constitucional, que é uma honra e dignifica essa forma de ingresso na Magistratura. Portanto, gostaria de registrar que Sua Excelência se exibiu com galhardia, com competência e com probidade no exercício da sua função.”

A EXMA. SRA. CONSELHEIRA THEREZINHA CAZERTA (Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região): “Senhor Presidente, gostaria também de aderir às manifestações de todos que me antecederam e dizer ao Ministro Raul Araújo que já deixa saudade, que foi um privilégio muito grande poder compartilhar com ele essa convivência, que nos mostrou um Magistrado da mais alta competência, um Magistrado extremamente humano, muito preocupado com as pessoas e muito comprometido com a Justiça Federal. O seu trabalho na Corregedoria deixou uma marca muito importante, e apenas uma eu cito: o Centro de Inteligência da Justiça Federal, que foi realmente uma criação de grande importância e que vai trazer à Justiça Federal um ganho enorme em otimização dos trabalhos e em efetividade da prestação jurisdicional. Parabéns pelo trabalho realizado e muito obrigada pelo tanto que contribuiu com a Justiça Federal e com o nosso próprio aprendizado.”

O EXMO. SR. JUIZ FEDERAL FERNANDO MARCELO MENDES (Presidente da Ajufe): “Senhor Presidente, em nome da Ajufe, gostaria também de aderir aos cumprimentos ao Ministro Raul Araújo e pedir a Vossa Excelência autorização para que eu possa entregar ao Ministro Raul uma placa da Ajufe em agradecimento a todos os trabalhos prestados à Justiça Federal, nos quais Sua Excelência sempre contou com o apoio e a colaboração da Ajufe, assim como muito valorizou e reconheceu o trabalho que a Associação também fez e faz em prol da Justiça Federal.”

O EXMO. SR. CONSELHEIRO CARLOS MOREIRA ALVES (Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região): “Serei bastante breve, Senhor Presidente. Confesso que, no início da sessão, fiquei um pouco receoso de pedir a palavra, preocupado em alongarmos os nossos trabalhos e até comprometê-los. Mas Vossa Excelência demonstrou, realmente, ser um grande administrador. Com eficiência, abreviou os trabalhos, que se mostravam longos, e nos deixou um pouquinho de tempo para fazer um breve registro. Ministro Raul Araújo, sou dos mais recentes integrantes deste Conselho e não pude ter o privilégio, como outros tiveram, de gozar por mais tempo da companhia de Vossa Excelência, mas sou testemunha de que, além da elevadíssima qualificação intelectual, do primor técnico das suas manifestações, pudemos presenciar a elegância na defesa de

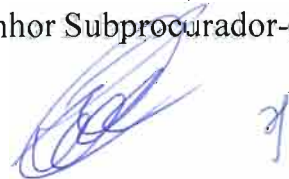


vossos entendimentos, a fineza do trato e a grandeza da figura humana que Vossa Excelência o é. Tive, então, ainda que por pouco tempo, o privilégio de conhecer mais de perto o quão grande é a pessoa de Vossa Excelência. Que Deus o ilumine na sequência dos vossos caminhos.”

O EXMO. SR. AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS (Representante do Ministério Público Federal): “Senhor Presidente, peço a palavra para fazer dois registros muito rápidos ao Ministro Raul Araújo, nosso Corregedor-Geral da Justiça Federal, que hoje nos deixa. Eu, praticamente, não o conhecia, – nós nos vimos, mas nunca officiei na Seção de Direito Privado – e observei duas grandes virtudes em Sua Excelência neste Conselho: a primeira foi o zelo nos processos disciplinares com que cuidou com a maior isenção, trazendo essas questões ao Colegiado sempre com a maior justiça. As questões disciplinares e correccionais não são simples, especialmente quando envolve colegas e quando, numa certa aura de corporativismo, possa vir a indicar uma posição nesse ou naquele sentido, e Sua Excelência foi de uma isenção e de um trabalho exemplar nesse aspecto. E a outra virtude que me chamou muito atenção, digo sem nenhum favor, porque não o conhecia antes, foi a sua atenção ao bom funcionamento da Justiça Federal, a todos os órgãos e serviços da Justiça Federal. Isso ficou patente na sua gestão, na sua passagem pela Corregedoria. Então, meu prezadíssimo Ministro Raul Araújo, muito boa sorte na Quarta Turma, de volta ao convívio da Colega Maria Isabel Gallotti e do Colega Antonio Carlos Ferreira. Enfim, todos que operamos na Justiça sabemos da importância, também, de cada um no seu órgão natural de atuação judicial. Eu queria, por último, aproveitar e dar as boas-vindas ao meu querido João Otávio de Noronha, porque não tinha feito isso diretamente. Mas um sai e outro fica, um é ‘insigni-ficante’ e o outro é ‘insigni-sainte’. Mas, enfim, Vossa Excelência, nesta sessão, mostrou o seu estilo operoso, de bom gestor e mostra que é um ‘craque’, como é próprio de quem nasceu em Três Corações. Muito obrigado.”

Logo após, o Presidente convidou a Conselheira Therezinha Cazerta para entregar ao Conselheiro Raul Araújo uma placa de homenagem, que simboliza os agradecimentos dos integrantes do Colegiado pelos relevantes serviços prestados por Sua Excelência, o Corregedor-Geral, ao Conselho e à Justiça Federal.

O EXMO. SR. CONSELHEIRO RAUL ARAÚJO (Corregedor-Geral da Justiça Federal): “Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça, Ministro João Otávio de Noronha; Excelentíssimas Senhoras Conselheiras, Ministra Maria Isabel Gallotti e Desembargadora Federal Therezinha Cazerta; Excelentíssimos Senhores Conselheiros, Ministros Paulo de Tarso Sanseverino e Antonio Carlos Ferreira e Desembargadores Federais Carlos Moreira Alves, André Fontes, Thompson Flores e Manoel de Oliveira Erhardt; Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral



da República, Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios; Excelentíssimo Senhor Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes, Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil; Excelentíssimo Senhor Dr. Marcelo Lavocat Galvão, representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, declinando aqui o nome de cada um, queria expressar meus mais profundos, sinceros e emocionados agradecimentos pelas amáveis e fraternas manifestações que todos dirigiram com muita generosidade à minha pessoa. Fico profundamente tocado e a estima que já nutro por Vossas Excelências fica ainda mais estreita, mais próxima, mais irmanada neste momento em que recebo tão calorosos pronunciamentos. Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores Advogadas e Advogados, senhoras e senhores servidores do Conselho da Justiça Federal, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais e do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, fazendo especial referência à Dra. Eva, à Dra. Denise, à Dra. Viviane e à Dra. Jaqueline, por todos os servidores desses órgãos que aqui labutam, senhoras e senhores, esta sessão ordinária, de 24 de setembro de 2018, é a última de que participo, pois, amanhã, estarei concluindo o meu biênio no Conselho da Justiça Federal. Levo comigo grande aprendizado, assimilado na respeitosa e agradável convivência deste Colegiado, de graves responsabilidades. Aqui, passei a conhecer muito de perto e por dentro a Justiça Federal do Brasil, formada, em suas cinco regiões, por um quadro de excelência da Magistratura brasileira. Neste Conselho, compartilhamos tarefas e deveres, deliberando sobre importantes medidas administrativas que possibilitaram o aprimoramento da prestação jurisdicional, de primeiro e segundo graus, apesar da crescente demanda dos jurisdicionados. Tivemos, para tanto, o enfrentamento e a superação de dificuldades de gestão, impostas principalmente por restrições financeiras, por limitação de quadros de magistrados e de servidores e por inadequada divisão regional do País continental que é o Brasil. Minha passagem pelo Conselho da Justiça Federal foi coroada pela assunção ao honroso cargo de Corregedor-Geral da Justiça Federal, ao qual dediquei meus melhores esforços na realização de inspeções, na solução de processos administrativos de diversas classes, inclusive disciplinares, em reuniões com os diversos grupos de trabalho, envolvendo corregedorias regionais, corregedorias de presídios federais, comissões de precatórios, de sistemas judiciais eletrônicos, centros de inteligência da Justiça Federal, visitando presídios federais e elaborando atos normativos. Em todas essas tarefas, envolvi-me pessoalmente, mas sem dispensar o fundamental apoio de abnegados desembargadores federais, de zelosos juizes federais auxiliares e de dedicados servidores da Justiça Federal. As inspeções nos Tribunais Regionais Federais foram todas realizadas pela Corregedoria-Geral, seus juizes auxiliares e servidores, acompanhadas de equipes lideradas por desembargadores federais das outras regiões que não aquela que estava sob inspeção, de modo a assegurar-se a respeitabilidade institucional da Corte visitada. Como Corregedor-Geral, tive a honra de presidir a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, desenvolvendo prazerosa convivência com a seleção de jovens e



7

notáveis julgadores representantes da Magistratura Federal de primeiro grau das cinco Regiões. Realizamos sessões ordinárias em capitais de todas as regiões do País, divulgando o trabalho dos juizados especiais, anunciando aos jurisdicionados a presença segura, confiável e eficiente da Justiça Federal. Recebemos mais de 32.000 (trinta e dois mil) novos processos e solucionamos maior quantidade, conforme quadro estatístico há pouco apresentado no relatório que trouxe para apreciação de Vossas Excelências. Na Direção do Centro de Estudos Judiciários, realizamos inúmeros cursos para magistrados e servidores da Justiça Federal, assim como seminários, congressos e outros encontros para estudos, destacando-se duas jornadas, uma de Direito Civil e outra de Direito Processual Civil, e dois workshops do Sistema Penitenciário Federal, reunindo sempre grandes nomes da academia e do Judiciário. Resta-me, portanto, agradecer aos ilustres e dignos Pares, eminentes Conselheiros do Conselho da Justiça Federal, aos Desembargadores e Juízes Federais que me auxiliaram nos trabalhos de inspeção, à Associação dos Juízes Federais do Brasil, parceira permanente em todas as realizações desta administração – já me referi à pessoa do Dr. Fernando Mendes e refiro-me também ao seu antecessor, o Juiz Federal Roberto Veloso, de quem também recebi todo apoio –, à atenta representação ministerial, aos combatentes militantes da Advocacia e aos qualificados servidores deste Conselho, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, da Turma Nacional de Uniformização e do Centro de Estudos Judiciários, todos valorosos colaboradores, sobretudo pelo apreço sempre demonstrado para comigo, pelo empenho nos trabalhos que realizamos, pela sensibilidade e zelo nas refinadas decisões que construímos e pelo ameno e fraterno convívio que tivemos. Com a certeza de que fiz o melhor que pude na condução e no desempenho nos referidos trabalhos e com a sensação do dever cumprido, retornarei com alegria e renovado entusiasmo à bancada julgadora da Segunda Seção e da Quarta Turma do Tribunal da Cidadania, disposto a contribuir, junto com a Conselheira Ministra Isabel Gallotti e os demais membros daqueles colegiados, para com o objetivo de todos nós: de permanente aprimoramento das decisões voltadas para a pacificação dos convívios sociais, com a indicação de acertar nos rumos para o Judiciário do País. Por fim, desejo registrar os meus melhores votos de pleno êxito à minha sucessora, a notável jurista e querida amiga Ministra Maria Thereza de Assis Moura, bem como ao nobre Ministro Antonio Carlos Ferreira, que se efetivará na agradabilíssima convivência deste Colegiado, elevando, com a minha saída e com o seu ingresso, a qualidade da representação do Superior Tribunal de Justiça no Conselho da Justiça Federal. Concluo esta manifestação rogando a Deus que, na sequência de nossas caminhadas, nos mantenha a todos em fraterna união, nos proporcionando, em breve, esperados e frequentes reencontros em outros cenários do Judiciário, guiando os nossos passos, inspirando e iluminando nossas ações em prol da coletividade. Muito obrigado a todos.”



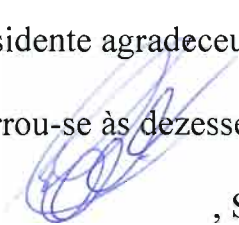
## *Conselho da Justiça Federal*

Em seguida, o Presidente noticiou aos Conselheiros que a data da próxima sessão ordinária está mantida para o dia 29 de outubro, segunda-feira, às 14 horas, na sede do Conselho da Justiça Federal, em Brasília.

Na sequência, convidou os integrantes do Colegiado, magistrados e servidores presentes para a apresentação do espaço “Arte e da Ação Valer”, que ocorrerá no subsolo. Em seguida, para o encerramento da atividade do “Direito, Justiça, Arte e Educação”, que ocorrerá no hall de entrada do auditório. E, por último, para a inauguração do Centro da Memória do Conselho da Justiça Federal.

Por fim, o Presidente agradeceu a presença de todos.

A sessão encerrou-se às dezesseis horas e vinte e seis minutos.

Eu, , Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Presidente.

Conselheiro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA 